II Seminário Paranaense e I Seminário da Região Sul sobre a Pedagogia Histórico-Crítica. PUC PR, Curitiba, 2025.

Marxismo e educação: contribuições para a análise da experiência educacional haitiana (1804–1843).

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak.

Cita:

Maxo St Victor y Vera Lucia Martiniak (Noviembre, 2025). *Marxismo e educação: contribuições para a análise da experiência educacional haitiana (1804–1843). II Seminário Paranaense e I Seminário da Região Sul sobre a Pedagogia Histórico-Crítica. PUC PR, Curitiba.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/52

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/GDe

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

MARXISMO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL HAITIANA (1804–1843)

Eixo Temático – Marxismo e Educação

Maxo St Victor; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
E-mail: 240302100000@uepg.br
Vera Lúcia Martiniak; Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Email: vlmartiniak@uepg.br
Grupo de Estudo História, sociedade e educação (HISTEDBR/Campos Gerais)

Palavras-chave: Educação; Haiti; Marxismo.

A relação entre educação e Estado constitui um campo central de reflexão no pensamento marxista, especialmente quando analisada em contextos históricos marcados por rupturas sociais profundas. O Haiti, após a independência de 1804, tornou-se o primeiro Estado negro moderno, resultado de uma revolução antiescravista que questionou as estruturas coloniais e escravistas do mundo atlântico.

Entre 1804 e 1843, período de organização política e institucional do novo país, a educação passou a desempenhar papel estratégico na legitimação do Estado, na formação de sujeitos sociais e na mediação das contradições de classe que emergiam em uma sociedade recém-liberta, mas ainda marcada por desigualdades internas e pressões externas.

O problema que orienta este estudo é compreender de que modo a experiência educacional haitiana no período pós-independência pode ser interpretada à luz do método marxista, considerando as categorias de totalidade, contradição e mediação.

O objetivo é analisar a experiência educacional haitiana entre 1804 e 1843 a partir dessas categorias centrais do marxismo, buscando compreender como a educação se insere no processo histórico de constituição do Estado e nas disputas sociais do período.

A relevância deste estudo reside em dois aspectos: de um lado, contribui para o campo do eixo Marxismo e Educação ao aplicar categorias marxistas centrais a um contexto histórico ainda pouco explorado na literatura haitiana; de outro, amplia a compreensão sobre as possibilidades e limites da educação como prática social em processos revolucionários e de construção de novos Estados.

Convém lembrar que, como observa Carnoy (2005, p. 63), foi no "final da década de cinquenta [que] o Estado se tornou um tema central da pesquisa marxista, tanto na Europa como nos Estados Unidos". Essa constatação evidencia que, embora o interesse marxista pelo Estado seja relativamente tardio, estudar a educação no Haiti do início do século XIX permite compreender como a prática educativa se articulou às disputas sociais e políticas do período.

Nesse marco, adota-se a compreensão da a realidade social como uma totalidade concreta, ou seja, "a unidade do diverso" (Marx, 2011). Essa perspectiva implica que fenômenos particulares, como a educação no Haiti entre 1804 e 1843, não podem ser analisados isoladamente, mas apenas em sua inserção nas relações sociais, políticas e econômicas que estruturam a sociedade. A totalidade, conforme Marx (2011), remete à articulação entre as múltiplas dimensões da vida social.

Aplicada ao estudo, permite compreender a educação não apenas como instituição formal, mas como prática social enredada no processo de formação do Estado haitiano, nas disputas de classe e nas pressões externas do sistema mundial. A contradição é central para o materialismo histórico, já que, segundo Marx e Engels (2008), o movimento da história é impulsionado pelos conflitos sociais enraizados nas condições materiais de existência.

No caso haitiano, a ruptura com a ordem colonial e escravista produziu a promessa de liberdade e cidadania universal, mas também novas tensões sociais, como a distância entre os interesses das elites militares e proprietárias e as demandas populares. Nesse ponto, autores como Trouillot (1990) ajudam a evidenciar as especificidades

dessas contradições no contexto caribenho, embora sua abordagem não seja marxista.

A mediação, elaborada por Lukács (2013), revela como a escola não é mero reflexo da estrutura social, mas espaço em que se condensam múltiplas determinações. No Haiti, isso se expressa nos dispositivos legais que, ao traduzirem disputas sociais em normas, instituíram a educação como mecanismo de legitimação do Estado e de formação cívica.

Essa concepção encontra ressonância em Saviani (2022), ao interpretar a escola como prática social determinada pelas condições materiais, mas com relativa autonomia, e em Mészáros (2008), ao enfatizar que a educação só adquire caráter emancipatório quando vinculada a transformações estruturais da sociedade.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-histórico. As fontes primárias incluem as constituições haitianas de 1805, 1816 e 1843, que permitem compreender os fundamentos legais e institucionais da política educacional. As fontes secundárias reúnem estudos que abordam de forma crítica a formulação e a implementação dessas políticas, a exemplo de Joint (2005, 2009), St Victor e Martiniak (2024; 2025), Tardieu (1990) e François (2010), entre outros.

O procedimento de análise consiste na leitura crítica e na interpretação contextualizada dos documentos, articulando fontes primárias e secundárias. A investigação busca apreender a educação como prática social inserida na totalidade histórica do Haiti pós-independência, revelando suas contradições internas e as mediações que vincularam as políticas educacionais às lutas de classe e ao processo de construção do Estado.

Os resultados obtidos revelam que a educação[3] já foi determinada na base desse processo. Desde a independência do Haiti, em 1804, alguns dirigentes entenderam que a instrução de todo o povo era um fator determinante para o desenvolvimento social e

[3] Nos documentos oficiais do período pós-independência do Haiti, o termo “instrução” aparece com o sentido hoje atribuído a “educação” e ambos são usados como equivalentes neste trabalho.

econômico do país (Joint, 2009, p. 82). Na primeira constituição do novo Estado haitiano, de 1805, a educação já se manifestava como princípio, embora de modo secundário diante da prioridade de consolidar a independência e garantir a soberania nacional.

O artigo 19 desta constituição estabelecia, pela primeira vez, a ideia da escola pública no Haiti: "Em cada divisão militar, será criada uma escola pública para a instrução da juventude" (Haiti, 1805). A menção à instrução, embora breve, indica que o tema estava subordinado às necessidades imediatas de sobrevivência política.

Essa interpretação encontra apoio em Marx (2011), para quem cada dimensão social só pode ser entendida em relação à totalidade concreta que a determina. A centralidade da defesa nacional no texto constitucional explica por que a instrução foi reconhecida simbolicamente, mas não institucionalizada como política estruturada. O artigo 40 da Constituição de 1805 ilustra bem essa questão, ao confiar a instrução pública ao ministro das Finanças e do Interior.

> As atribuições desse ministro compreendiam a administração geral do Tesouro Público, a organização das administrações particulares, a distribuição dos fundos a serem colocados à disposição do ministro da Guerra e de outros funcionários, as despesas públicas, as instruções que regulam a contabilidade das administrações e dos pagadores de divisão, a agricultura, o comércio, a instrução pública, os pesos e medidas, a elaboração dos quadros de população, os produtos territoriais, os domínios nacionais, seja para a conservação, seja para a venda, os contratos de arrendamento, as prisões, os hospitais, a manutenção das estradas, os portos fluviais, salinas, manufaturas, as alfândegas, enfim, a supervisão e a fabricação das moedas, bem como a execução das leis e decretos do governo a esse respeito (Haiti, 1805).

Como se observa, havia a inexistência de um ministério próprio para a educação. Foi somente com a Constituição de 1843 que se criou, pela primeira vez, um Departamento de Instrução Pública, conforme estabelece o artigo 128 dessa Constituição (Haiti, 1843). Na Constituição de 1816, há um deslocamento importante: a

educação é proclamada como direito e como dever do Estado, vinculada ao ideal republicano de cidadania.

Ela prevê, em seu artigo 36, a criação e a organização de uma instituição pública, "comum a todos os cidadãos, gratuita no que se refere às partes do ensino indispensáveis para todos os homens, e cujos estabelecimentos serão distribuídos gradualmente em relação combinada com a divisão da República" (Haiti, 1816).

Entretanto, a prática permaneceu restrita às camadas urbanas e às elites dirigentes, o que revela uma contradição entre o universal proclamado e a exclusão efetiva da maioria da população, sobretudo camponesa. Além disso, segundo Joint (2005), após a independência, a educação no Haiti se traduziu por leis e projetos que permaneceram sem implementação.

Essa discrepância pode ser compreendida à luz de Marx e Engels (2008), que mostram como o desenvolvimento histórico é movido por contradições internas. No Haiti, a promessa de universalidade no acesso à educação convivia com práticas excludentes que mantinham as desigualdades sociais e raciais. A contradição educacional expressava, assim, a disputa entre diferentes projetos de sociedade: um voltado para a formação de uma elite letrada e outro para a ampliação popular do direito à instrução.

A Constituição de 1843 aprofunda essa discussão ao prever, em seu artigo 31, a obrigatoriedade da instrução primária e a expansão do ensino público. Segundo o texto: "O ensino é livre, e as escolas são distribuídas gradualmente, de acordo com a população. Cada comuna possui escolas primárias para ambos os sexos, gratuitas e comuns a todos os cidadãos [...]" (Haiti, 1843). Essa medida buscava responder à necessidade de consolidar um projeto nacional de cidadania e modernização.

Sua implementação, assim como a das medidas anteriores, foi, entretanto, limitada pela instabilidade política interna e pelas pressões externas que drenavam recursos do Estado. Nesse ponto, Dubois (2004), St Victor e Martiniak (2025) lembram

que o Haiti, pressionado pela dívida imposta pela França e pelo bloqueio diplomático, teve sua capacidade de investimento social fortemente comprometida, o que explica a fragilidade da implementação das políticas escolares.

Aqui se observa o papel da educação como mediação entre o ideal republicano e as condições materiais concretas. Isso dialoga com Lukács (2013), para quem a mediação é indispensável para compreender como práticas específicas, como a escolarização, traduzem tensões da totalidade social. O texto constitucional media o ideal de cidadania universal e a realidade de um país fragilizado, revelando a distância entre o normativo e o efetivo.

Nesse quadro, a análise confirma a leitura de Saviani (2022), para quem a educação é prática social mediada: determinada pelas condições históricas, mas com relativa autonomia para incidir na formação dos sujeitos. Mesmo diante de limitações estruturais, a inclusão da instrução obrigatória na Constituição de 1843 evidencia a tentativa de afirmar a educação como eixo da nova república, atribuindo-lhe um papel simbólico e formativo na construção do Estado haitiano.

Essa leitura se articula também à reflexão de Mészáros (2008), segundo a qual a educação só pode cumprir um papel emancipatório quando vinculada a transformações estruturais profundas. Já Trouillot (1990) evidencia que os textos constitucionais expressavam sobretudo os interesses das elites políticas, distanciando-se das demandas da maioria camponesa.

Esses elementos mostram que a educação se configurou como campo de disputa: de um lado, representava a aspiração de cidadania universal herdada da revolução; de outro, permanecia controlada por setores que buscavam restringir seu alcance. Em síntese, os resultados indicam que a educação no Haiti entre 1804 e 1843 esteve sempre presente nos projetos constitucionais. Sua inscrição nas constituições não foi apenas simbólica: foi a afirmação de um valor republicano e nacional, ainda que não plenamente realizado.

Conforme as considerações de St Victor e Martiniak (2024) e a reflexão de Tardieu, (1990), a educação sempre esteve presente nas preocupações do legislador haitiano, constituindo uma constante nas formulações legais ao longo do período estudado. Contudo, ela foi atravessada por contradições sociais e limites estruturais.

O recurso às categorias do materialismo histórico permite compreender que a educação integrou a totalidade das disputas políticas, refletiu contradições fundamentais entre emancipação e dominação e atuou como mediação entre ideais de cidadania e as condições materiais restritivas. Torna-se evidente que a instrução pública foi dimensão constitutiva do processo de formação do Estado haitiano, ao mesmo tempo em que revelava os limites de sua efetivação diante das condições históricas.

O problema que orientou este estudo consistiu em compreender de que modo a experiência educacional haitiana no período pós-independência (1804–1843) pode ser interpretada à luz do método marxista, a partir das categorias de totalidade, contradição e mediação. A análise realizada permitiu verificar que a educação, ainda que limitada em sua efetivação prática, desempenhou papel central no processo de constituição do Estado haitiano e nas disputas sociais que marcaram a jovem república.

O objetivo proposto — analisar a experiência educacional haitiana com base nas categorias marxistas — foi alcançado na medida em que se demonstrou como a instrução pública integrou a totalidade das relações sociais do período, refletiu contradições fundamentais entre emancipação e exclusão e atuou como mediação entre os ideais republicanos de cidadania universal e as condições materiais adversas.

Os resultados evidenciam que a educação, mesmo diante de restrições estruturais e políticas, constituiu dimensão constitutiva da formação do Estado haitiano, expressando simultaneamente seus limites e suas potencialidades. Nesse sentido, a experiência haitiana confirma a relevância de analisar a prática educativa a partir das categorias do materialismo histórico, pois somente assim é possível apreender seu duplo caráter: como instrumento de legitimação das elites e, ao mesmo tempo, como espaço

de afirmação simbólica de projetos de emancipação.

Portanto, este trabalho contribui para o campo do marxismo e educação ao aplicar categorias centrais a um contexto histórico pouco explorado, ampliando a compreensão sobre as possibilidades e contradições da educação em processos revolucionários e de construção estatal.

Referências

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DUBOIS, L. **Avengers of the New World:** The story of the Haitian Revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

HAITI. "Constitution du 2 juin 1816". , 1816.

HAITI. "Constitution du 30 décembre 1843". , 1843.

HAITI. "Constitution impériale du 20 mai 1805". , 1805.

JOINT, L. A. **Système éducatif et inégalités sociales en Haïti:** Le cas des écoles Catholiques, Paris: l'Harmattan, 2005

JOINT, L. A. "Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas", **Pro-Posições**, v. 19, p. 181–191, ago. 2008. DOI: 10.1590/S0103-73072008000200013. .

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2022.

ST VICTOR, M., MARTINIAK, V. L. "A necessidade de uma educação para todos na sociedade haitiana de (1804 - 1843)", **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 4, 5 out. 2024. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i1.2024.d. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23706. Acesso em: 6 out. 2024.

ST VICTOR, M., MARTINIAK, V. L. "A influência dos modelos educacionais ocidentais nas políticas educacionais no Haiti de 1804 a 1843: desafios e questões para a inclusão social". In: BRESSANIN, C. E. F. B., ALMEIDA, M. Z. C. M. DE (Org.), **ANAIS IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DGP "EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS**, Porto Nacional, Edição dos Autores, 2025. v. 1. p. 36–42. DOI: 10.13140/RG.2.2.23052.63366.

TARDIEU, C. **L'éducation en Haïti: de la période coloniale à nos jours (1980),** Port-au-Prince: Imprimerie Henri Deschamps, 1990.

TROUILLOT, M.-R. **Haiti: State against nation.** The origins and legacy of Duvalierism. New York: Monthly Review Press, 1990.